

Desafios do Desenvolvimento Socioeconômico Brasileiro: uma perspectiva institucionalista do período recente

MIGUEL BRUNO

1. INTRODUÇÃO

A Economia Social de Mercado (ESM) e a Teoria da Regulação (TR) compartilham uma perspectiva analítica comum: as instituições apresentam-se como codificações de relações sociais fundamentais à eficiência e estabilidade dos diversos mercados que compõem as economias reais, uma vez que estão no centro das dinâmicas econômicas e sociais. Este capítulo descreve os principais conceitos e metodologia propostos pelas macroanálises regulacionistas, enquanto macroeconomia histórica e institucionalista, aplicando-os ao caso brasileiro atual. A seção 2 define os conceitos de formas institucionais, modos de regulação e regimes de crescimento, buscando explicitar de que maneira as instituições desempenham sua função estruturante dos processos de produção e de distribuição de renda, enquanto base do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico. Na seção 3, busca-se mostrar os pontos de convergência entre os princípios de análise da ESM e aqueles propostos pela TR. A seção 3 analisa os principais fatos estilizados da evolução recente da economia brasileira. A seção 4 analisa o regime de crescimento brasileiro em seus aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento socioeconômico. Destacam-se, nesse contexto, os desafios do setor industrial diante da intensificação da concorrência exter-

na e das adversidades internas decorrentes do ambiente macroeconômico e estrutural vigente. O capítulo é concluído pela seção 5 com uma avaliação das perspectivas desse regime face à conjugação de seus limites estruturais internos com os novos desafios trazidos pela atual crise financeira global.

2. AS INSTITUIÇÕES NO CENTRO DAS DINÂMICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS: O CONCEITO DE REGULAÇÃO

“Falo de casos em que não há nada que limite a concorrência, nenhum obstáculo a ela, nem na natureza do caso nem na forma de obstáculos artificiais e, no entanto, o resultado não é determinado pela concorrência, senão pelo costume ou uso, sendo que a concorrência ou simplesmente não vem ao caso, ou então produz seu efeito de uma forma bem diferente daquela que normalmente se supõe ser-lhe natural.”

(John Stuart MILL, Princípios de Economia Política, p. 200, 1848)

A viabilidade das economias capitalistas, expressa em termos de estabilidade e coerência macrodinâmica e coesão social, não resulta natural e espontaneamente do livre jogo dos “mecanismos de mercado”. Instituições, leis, convenções, normas e regras devem assegurar as liberdades individuais de maneira compatível com as necessidades sociais e com as condições de reprodução do conjunto do sistema econômico. Os benefícios sociais dos mercados livres e concorrenciais não são acessíveis sem a interveniência das instituições nos processos de crescimento econômico e de distribuição dos frutos do progresso social.

E é nesse contexto, que a abordagem regulacionista inscreve-se entre as correntes de análise que reconhecem as instituições como fatores estruturantes capazes de dotar os mercados de densidade e eficiência, de forma análoga aos princípios que norteiam a Economia Social de Mercado.

Na História do Pensamento Econômico, a metáfora da “mão-invisível”, utilizada por Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, não tinha como finalidade sancionar a ideia de que bastariam a divisão do trabalho e a existência de mecanismos puramente mercantis e concorrenciais para assegurar a

convergência automática do ótimo econômico com o ótimo social. Smith reconheceu diversos papéis para as instituições sociais, notadamente, para o Estado, precisamente aqueles que possam permitir o desenvolvimento dos mercados de forma compatível com a satisfação das necessidades sociais. Nesse contexto, a centralidade das instituições deriva do fato de serem instrumentos primordiais de canalização dos mecanismos de mercado, tanto para a realização de finalidades sociais quanto para a obtenção das condições estruturais necessárias à estabilidade macroeconômica e à sustentabilidade do processo de desenvolvimento das nações.¹

2.1 Uma economia mercantil-monetária e salarial

Os papéis das instituições no processo de desenvolvimento socioeconômico derivam das próprias relações sociais que determinam a dinâmica e natureza das economias capitalistas. Mas, a definição de capitalismo não é consensual e de acordo com os pressupostos de cada corrente teórica, seu conteúdo declina, frequentemente enfatizando momentos parciais desse sistema. Em *A dinâmica do Capitalismo*, o historiador econômico Fernand Braudel mostrou que “economia de mercado” e “capitalismo” não são sinônimos, uma vez que os estudos históricos atestam a existência de relações mercantis e monetárias muito antes da emergência de relações capitalistas de produção. No entanto, o mesmo autor ressalta que o surgimento e desenvolvimento da moeda como aceleradora das trocas mercantis proporcionaria as condições necessárias para o advento do capitalismo.

A argumentação de Braudel fundamenta-se numa análise histórica comparativa das economias ocidentais e orientais. Segundo o historiador, sem nenhuma exceção, “todos os mecanismos da troca se reencontram fora da Europa, desenvolvidos e utilizados em graus diversos. Pode-se mesmo discernir certa hierarquia: no estágio superior, o grupo formado pelo Japão, a Insulíndia, o Islã e a Índia, com sua rede de crédito desenvolvida pelos mercadores banianos, sua prática de empréstimo de dinheiro às iniciativas

1 De fato, as análises consistentes da obra de Smith não permitem classificá-lo como um autor “ultra-liberal”.

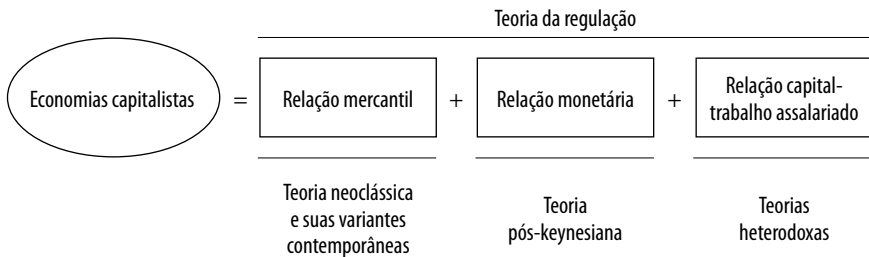
arriscadas, seus seguros marítimos; no estágio inferior, habituada a viver como economia autárquica, a China; e finalmente, logo abaixo dela, milhares de economias ainda primitivas”.

Para Braudel, a explicação da emergência do capitalismo primeiro no Ocidente, deve-se à “superioridade de seus instrumentos e de suas instituições; por exemplo, as Bolsas e as diversas formas de crédito”. Um fato histórico que vem reforçar a relevância teórica da problemática das instituições nas análises econômicas. No entanto, ao reconhecer a determinação institucional das economias capitalistas, o caráter determinante da expansão das relações de trabalho assalariado como relação básica de produção e de distribuição do produto social está apenas implícito nas análises braudelianas.²

A lógica e natureza das economias que se organizam sob o capitalismo resultam da conjugação de três relações sociais fundamentais, tal como representado na Figura 1. As economias capitalistas não são apenas mercantis e monetárias, são também *salariais*. A ênfase em apenas uma dessas relações tende a obscurecer momentos determinativos e características fundamentais desse sistema econômico. De uma maneira geral, as teorias neoclássica, pós-keynesiana e heterodoxas privilegiam, respectivamente, a relação mercantil, a relação monetária e a relação capital-trabalho assalariado. Mas, para as macroanálises regulacionistas, a emergência e consolidação das economias capitalistas resultaram da conjunção sempre contraditória entre mercados, moedas e salariado. Essa conjunção dá-se através de uma variedade de estruturas institucionais que definirá precisamente o espaço concreto de existência e o estatuto teórico do conceito de regulação, considerando-o fundamental à compreensão da macro-dinâmica das economias capitalistas.

2 Segundo Boyer [1986, P. 120], “os trabalhos de Braudel mostram que o capital comercial e financeiro é, há muito tempo, um fenômeno internacional, enquanto que a *inserção vitalícia do salariado* no interior do capitalismo é bem mais recente, inovadora e portadora de uma nova forma dos conflitos sociais e da dinâmica econômica”. Seria a partir da mesma que o capitalismo encontraria sua base própria de desenvolvimento, fazendo da relação capital-trabalho assalariado, a premissa e o resultado de seu funcionamento.

Figura 1. Três relações sociais fundamentais determinam a lógica e a natureza das economias capitalistas



2.2 As cinco formas institucionais e o conceito de regulação

O estatuto teórico do conceito de regulação deriva do reconhecimento de que as interações entre mercados, moedas, capital e trabalho assalariado não resultam automática e necessariamente em uma configuração macrodinamicamente coerente e estável. Há de fato diversas combinações possíveis, que surgem das características organizacionais e estruturais vigentes em cada país. Algumas delas podem entrar o processo de desenvolvimento socioeconômico, mas outras são capazes de impulsioná-lo.

A regulação é um conceito originário da Biologia e da teoria dos sistemas. *Um modo de regulação descreve o conjunto de efeitos de feedbacks negativos e positivos relacionados à estabilidade de uma rede complexa de interações.* Quando transposto à economia e completamente reelaborado, uma forma ou modo de regulação expressa os processos dinâmicos de compatibilidade entre a produção e a demanda social, resultante da conjunção de ajustamentos econômicos derivados de uma configuração dada das relações sociais, formas organizacionais e estruturas produtivas (Boyer, 1993) ³.

Nesse contexto, um conjunto de procedimentos sociais deve ser mobilizado para que os atributos de coerência macroeconômica e de coesão social dos comportamentos individuais possam resultar em trajetórias de

³ Boyer, R. *Labour institutions and economic growth: a survey and a 'regulationist' approach*. Fondazione Giacomo Brodolini, 1993.

crescimento sustentáveis. Esse conjunto de procedimentos sociais é denominado de *forma* ou *modo de regulação*, que assume características específicas por país ou região.

Para fins analíticos, considera-se que um modo de regulação é estruturado por cinco grandes áreas ou *formas institucionais (FI)*, escolhidas no campo teórico por seus impactos determinantes sobre a performance macroeconômica das economias nacionais:

a) **A forma institucional da relação salarial (FIRS)** – é definida por uma determinada configuração dos vínculos estruturais entre capital e trabalho assalariado, em duas dimensões principais: como relação de distribuição primária da renda (a divisão salário-lucro) e como relação de produção (as formas organizacionais dos processos de trabalho). A relação salarial surge da confluência entre as bases técnicas produtivas e os sistemas de remuneração que lhes são associados. Suas possíveis configurações são condicionadas pelos sistemas educacionais e por diversos fatores sociopolíticos e institucionais que determinam o grau de flexibilidade das relações de emprego e o modo de vida assalariado.

b) **A forma institucional da moeda ou do regime monetário-financeiro (RMF)** – é definida pelo conjunto dos dispositivos normativos e institucionais que dão suporte à circulação monetária e financeira, garantindo-lhes regularidade e compatibilidade sistêmica com as necessidades da acumulação de capital e do crescimento econômico.

c) **A forma institucional do Estado (FIE)** – as relações Estado-economia assumem importância fundamental no âmbito dos processos de desenvolvimento socioeconômico. É através das instituições governamentais que a política econômica e as políticas públicas são viabilizadas como instrumento promotor do desenvolvimento.

d) **A forma institucional da concorrência (FIC)** – esse conceito visa apreender o modo como se organizam as relações entre um conjunto de centros de acumulação de capital fracionados, cujas decisões são a priori independentes umas das outras, mas que se condicionam mutuamente nos diferentes mercados existentes. A literatura econômica tradicional re-

conhece a existência de dois casos extremos: os processos concorrenciais e os processos monopolísticos. Mas o grau de concorrência analisado com base nessa forma institucional refere-se ao mercado de bens e serviços. A concorrência no mercado de capitais e financeiro e no mercado de trabalho são considerados, respectivamente, na análise das formas institucionais do regime monetário e da relação salarial.

e) **A forma institucional de inserção internacional (FII)** – define-se pela conjunção de regras que organizam as relações entre o Estado-nação e o resto do mundo, tanto em termos de trocas de mercadorias, como de localização das produções (via investimento direto estrangeiro) ou de financiamento de fluxos e saldos externos. As comparações internacionais evidenciam a diversidade de configurações dessa forma institucional com seus respectivos impactos sobre a performance macroeconômica das economias.

As configurações particulares de cada uma dessas cinco estruturas e a ordem hierárquica em que se combinam para compor um modo de regulação determinarão as tendências da produção (os *regimes de produtividade*) e de demanda (os *regimes de demanda*). Da confluência entre esses dois últimos emergirá um determinado *regime de acumulação ou de crescimento* que responderá pela performance macroeconômica observada. Em suma, a arquitetura institucional que define o modo de regulação torna-se a matriz geradora das regularidades econômicas e sociais que reproduzem as economias nacionais.

2.3 Dos modos de regulação aos regimes de crescimento: a variedade dos capitalismo e de suas performances

Como as formas institucionais expressam configurações particulares das relações de produção e de distribuição, a diversidade das performances econômicas entre países ou regiões deve ser buscada nos diferentes modos de regulação e seus respectivos regimes de crescimento.

Uma hipótese básica é a de *complementaridade e hierarquia das formas institucionais*. Em certos períodos históricos ou situações geográficas, al-

gumas formas institucionais revelam-se determinantes na arquitetura institucional que define o modo de regulação, por imporem sua lógica sobre a configuração e a evolução das outras FI. As análises regulacionistas mostraram que, no período 1945-1975 de forte e estável crescimento econômico dos países da OCDE, a relação salarial ocupava o status de forma institucional hierarquicamente superior (FIHS). Entre outras condições, sua centralidade no modo de regulação do pós-guerra tinha como pressuposto a difusão e consolidação das estruturas de *welfare state* e a evolução dos salários em conexão com os ganhos de produtividade.

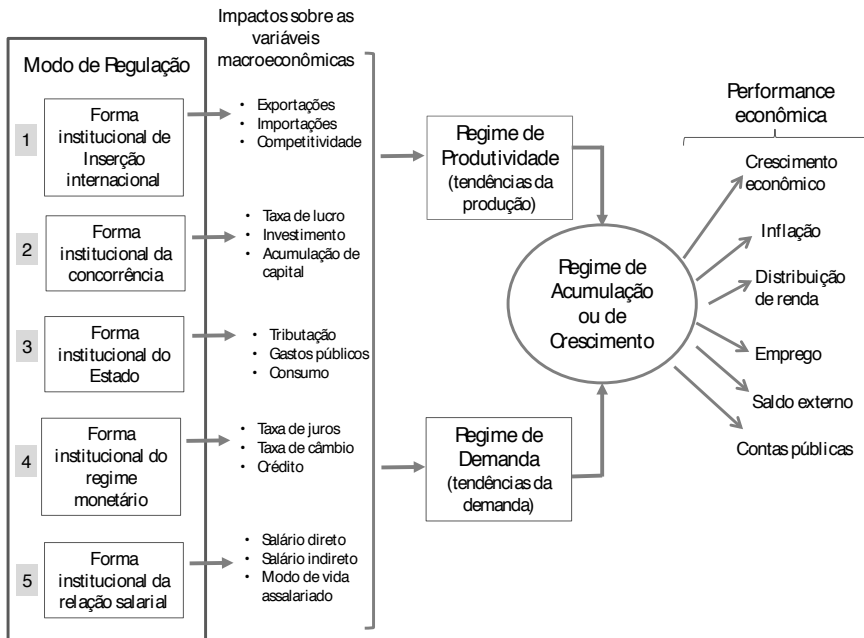
Outra noção diretamente derivada desse contexto é a de **compromisso institucionalizado**, que surge de uma situação de tensão e conflito entre grupos socioeconômicos. Na medida em que nenhuma das forças atuantes é capaz de impor totalmente seus interesses sobre os demais atores, os compromissos institucionalizados emergem e, dessa forma, se distinguem da institucionalização autoritária, de ordem governamental. *A institucionalização designa o surgimento de uma forma de organização criando regras, direitos e obrigações para os participantes, impondo então uma disciplina de comportamentos ou práticas individuais que são replicadas pela maioria e se socializam.* Dessa maneira, os compromissos institucionalizados podem exercer impactos decisivos sobre a dinâmica das transações mercantis influenciando sobre as estruturas de produção e de distribuição.

2.4 Os regimes de produtividade e de demanda

A Figura 2 reúne a estrutura conceitual da Teoria da Regulação, em seus relacionamentos e influência sobre a performance macroeconômica das economias nacionais.

Como resultado da articulação entre as cinco formas institucionais, que são seus componentes estruturais, o modo de regulação “pilota” o regime de crescimento e acumulação de capital. As configurações particulares das formas institucionais resultam da exigência de complementaridade macrodinâmica entre elas e por seu padrão hierárquico, historicamente determinado, na arquitetura institucional que define a regulação macroeconômica.

Figura 2. Das formas institucionais ao regime de crescimento: a performance macroeconômica depende do modo de regulação



Fonte: Reelaboração a partir de Boyer (1993).

A relevância teórica do conceito de forma institucional reside na constatação empírica de que essas estruturas permitem explicar a emergência de relações macroeconômicas dotadas de certa permanência estatística. São elas que proporcionam aos diversos mercados que compõem as economias reais, padrões mínimos de regularidade que se mostram imprescindíveis à continuidade da produção e da demanda agregadas. A partir do momento em que as formas institucionais adquirem configurações estáveis, elas determinam um modo de regulação, que determinará o comportamento das principais variáveis macroeconômicas.

Consequentemente, do ponto de vista da análise empírica, os valores das elasticidades estimadas entre as variáveis macroeconômicas que reproduzem o regime de crescimento dependerão das características do modo de regulação vigente.

3. ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E TEORIA DA REGULAÇÃO: CONVERGÊNCIAS E LIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Apesar de suas diferentes metodologias de análise e matrizes teóricas, a Teoria da Regulação e a Economia Social de Mercado se inscrevem no âmbito das chamadas teorias institucionalistas. Ambas reconhecem os papéis fundamentais das estruturas organizacionais e institucionais capazes de proporcionar estabilidade aos mercados, coerência macroeconômica e coesão social ao conjunto do sistema econômico. Isso porque os processos de mercado não garantem, espontânea e automaticamente, as condições suficientes para que a lógica mercantil seja o vetor do bem-estar social e das liberdades humanas. Os Quadros 1 e 2 permitem uma comparação entre os princípios dessas correntes do pensamento econômico com aqueles da teoria tradicional ou neoclássica. Para os princípios e propostas que norteiam a Economia Social de Mercado foram utilizados Resico (2009; 2012).

De fato, os equilíbrios ótimos são possíveis apenas quando os mercados são organizados e dotados da institucionalidade adequada para lhes proporcionar níveis suficientes de densidade e eficiência. Quando os interesses econômicos e mercantis se sobrepõem às necessidades sociais, as economias capitalistas tornam-se incapazes de promover as condições para o seu desenvolvimento. Afinal, as atividades econômicas de produção, distribuição e consumo são possíveis apenas sobre a base de relações sociais especificamente estruturadas para viabilizá-las. Consequentemente, o sistema econômico deve ser capaz de prover as condições para a satisfação das necessidades humanas, do contrário, suas próprias condições de reprodução e estabilidade são bloqueadas, sobrevivendo tanto crises econômicas, quanto sociais e políticas.

Nessa comparação, pode-se constatar que os argumentos teóricos e as formas de apreensão das relações mercado-Estado-instituições são, nitidamente, convergentes. Pode-se enunciar um princípio teórico comum às duas abordagens: *os mercados econômica e socialmente eficientes*

são construções institucionais e não entidades espontaneamente derivadas do livre jogo de ofertas e demandas, orientadas exclusivamente por critérios mercantis, desconectados das necessidades e valores humanos fundamentais.

Quadro 1. Contraste entre a teoria econômica tradicional ou neoclássica e as concepções propostas pela Teoria da Regulação e pela Economia Social de Mercado

Teoria Neoclássica	Economia Social de Mercado (ESM)	Teoria da Regulação (TR)
Sistema econômico assimilado a sistemas fechados, análogo à mecânica clássica newtoniana.	Sistema econômico considerado um sistema aberto, sujeito a transformações permanentes, segundo a criatividade das relações indivíduo-agente-estrutura.	Sistema econômico considerado um sistema aberto e complexo, sujeito a transformações permanentes, segundo a criatividade das relações indivíduo-agente-estrutura.
Mercado como um mecanismo: a concorrência é um atributo inerente e natural.	Mercado como um processo: a concorrência é um atributo construído institucionalmente	O mercado surge como um resultado das interações dos agentes econômicos e de suas instituições.
Economia como ciência neutra, segundo os princípios axiológicos da doutrina positivista.	A atividade humana é uma unidade em si. A dimensão econômica não pode ser compreendida quando dissociada das demais dimensões sociais, culturais, éticas e antropológicas.	O objeto econômico é um objeto construído pelas ações práticas de indivíduos, agentes coletivos e suas instituições. Diferentemente das leis naturais, as “leis econômicas” como expressão de regularidades comportamentais não existem independentemente da sociedade e da atividade humana.
Comportamento econômico baseado na escassez, em análises de estática comparativa.	Escassez é relativa e necessidades não equivalem a desejos. As inovações tecnológicas e organizacionais permitem ganhos de produtividade e a superação da escassez como atributo absoluto.	Os regimes de produtividade e de demanda permitem o crescimento econômico cumulativo com base nos ganhos dinâmicos crescentes de escala.

Quadro 2. Convergências em princípios e proposições na Economia Social de Mercado e na Teoria da Regulação

Economia Social de Mercado (ESM)	Teoria da Regulação (TR)
1. Concepção aberta, pois a teoria deve acompanhar as mudanças estruturais e as novas condições socioeconômicas.	1. Concepção aberta, pois os modos de regulação, como estruturas institucionais, refletem as transformações socioeconômicas.
2. O mercado é o melhor sistema de alocação de recursos, mas deve ser corrigido e provido de condições institucionais, éticas e sociais adequadas para sua operação eficiente e equitativa.	2. As economias capitalistas não são apenas mercantis, são também monetárias e salariais. A combinação de mercados, moeda e trabalho é complexa, portadora de inúmeros conflitos, o que exige a intervenção das instituições reguladoras, como fatores de estabilidade e sustentabilidade dos sistemas econômicos.
3. Estado e mercado devem estar a serviço das demandas sociais e não o contrário.	3. As economias mais eficientes em termos econômicos e sociais são aquelas que reconhecem a complementaridade das ações do Estado com o mercado.
4. São necessários “princípios estruturais” e “princípios reguladores” para que a lógica mercantil seja portadora de benefícios sociais.	4. O conceito de modo de regulação, histórica e geograficamente situado, reflete a arquitetura institucional que estrutura e regula as economias nacionais.
5. Controle da inflação, geração de emprego e crescimento econômico devem ser objetivos das políticas anticíclicas do Estado.	5. Os modelos e estratégias de desenvolvimento socioeconômico são viáveis apenas quando combinam coerência macroeconômica com coesão social. Estes últimos dependem de políticas econômicas que busquem, simultaneamente, estabilidade de preços, geração de emprego e o crescimento econômico.
6. São necessárias políticas sociais para fortalecer os grupos com desvantagens e afirmar a igualdade de oportunidades. Mercados livres e concorrenciais não são suficientes para resolver os problemas de equidade na distribuição de renda e da riqueza.	6. Os compromissos institucionalizados emergem das interações entre Estado e os atores sociais, com o objetivo de criar as condições para uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza. Eles são essenciais para viabilizar a compatibilização da lógica mercantil com as necessidades sociais.
7. A ênfase deve recair sobre os problemas estruturais das economias. A política econômica não deve ser absorvida inteiramente pelas necessidades da conjuntura.	7. Como a política econômica depende da institucionalidade, a qual o modo de regulação se baseia, os fatores estruturais são determinantes do sucesso tanto da política econômica quanto das estratégias nacionais de desenvolvimento socioeconômico.
8. Busca combinar o princípio da liberdade de mercado com o princípio da equidade social	8. A liberdade e eficiência econômicas pressupõem estabilidade das relações sociais e elevação dos níveis de vida das populações.

4. O REGIME DE CRESCIMENTO BRASILEIRO: PRINCIPAIS FATOS ESTILIZADOS POR FORMA INSTITUCIONAL

Segundo pesquisa desenvolvida pela Price Water House Coopers, o Brasil tem sido muito atrativo para investidores estrangeiros, pois é o 3º país mais citado para a ampliação de novos negócios. Pelos dados da UNCTAD, trata-se do 4º maior receptor de investimento direto estrangeiro no mundo; ficando abaixo da China (31%), EUA (23%), Brasil (15%).⁴ No entanto, as visões mais otimistas acerca do atual modelo econômico brasileiro normalmente desconsideram ou minimizam a existência de limites estruturais ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, numa perspectiva de longo prazo.

Provavelmente, esse otimismo ocorre por duas razões: primeiramente, porque a economia mundial, ainda abalada com os desdobramentos da crise financeira nos EUA e na Europa, não dispõe de muitas alternativas atrativas para a alocação de capitais em busca de revalorização rápida e segura. Em segundo lugar, porque o mercado financeiro brasileiro, apesar das reduções recentes das taxas de juros governamentais, tem proporcionado oportunidade ímpar de revalorização financeira com alta margem de ganhos, tanto para detentores de capital domésticos, quanto para investidores estrangeiros avessos aos riscos inerentes às imobilizações de recursos em atividades produtivas. Entretanto, a consideração conjunta das características estruturais positivas e adversas do modelo econômico brasileiro é condição fundamental para uma avaliação realista que possa ser a base para a implementação de políticas públicas e de uma estratégia consistente de desenvolvimento sustentável.

4.1 A relação salarial: flexibilidade e institucionalidade incompleta

A relação salarial brasileira tem se caracterizado por sua dualidade. Apesar da redução do grau de informalidade a partir de 2000, quase metade da ocupação é composta por trabalhadores sem carteira assinada e de autônomos.

4 Dados citados pelo Ministério da Fazenda do Brasil no estudo “Economia Brasileira em Perspectiva – Balanço 2012 – Perspectivas 2013”, março de 2013.

Algumas análises têm sustentado a possibilidade de o Brasil entrar numa trajetória de crescimento econômico impulsionada pelo mercado de consumo interno, enquanto outras argumentam que a melhoria do dinamismo recente deve-se à expansão do crédito. No primeiro caso, tratar-se-ia de um regime do tipo “*wage-led growth*” – dada a nítida correlação entre a massa salarial e a acumulação de capital produtivo; enquanto no segundo, seria um caso de “*finance-led growth*”.

Como no período 2004-2012, houve tanto expansão das operações de crédito ao consumo e ao investimento, como aumento do salário médio real, torna-se necessária uma análise econométrica para se determinar a variável que efetivamente comandou o maior dinamismo econômico. Alternativamente, como o Estado vem implementando uma política de aumento do salário mínimo real, juntamente com as transferências sociais e a maior oferta de crédito por parte dos bancos públicos, pode-se sustentar também a hipótese de que se trata de fato de um regime do tipo “*state-led* ou *state-driven growth*”. No entanto, esse regime parece ter encontrado um novo limite, dada a reduzida taxa de crescimento econômico em 2012, de apenas 0,9%.

Com a rápida acumulação de reservas internacionais, a partir de 2003, o aumento dos salários reais por efeito das apreciações cambiais também deve ser levado em conta. A seguir são descritos alguns dos principais fatos estilizados da relação salarial no Brasil.⁵

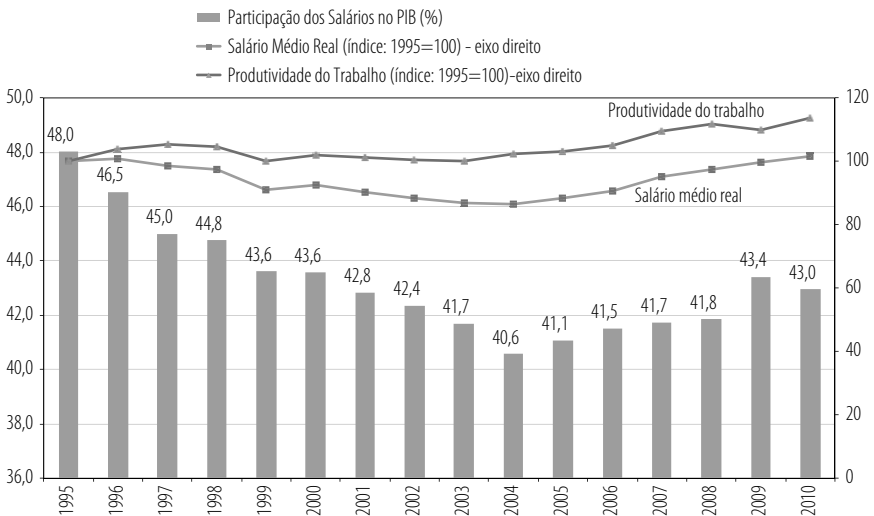
4.1.1 Melhora da distribuição funcional da renda em favor dos salários

Em razão da expansão do nível geral de emprego e do aumento do salário médio real no subperíodo 2005-2010, a participação da massa salarial no PIB brasileiro (*wage share*) saiu de sua trajetória de declínio, que caracterizou o subperíodo 1995-2004 (gráfico1). Essa recuperação da *wage*

5 A definição de fatos estilizados baseia-se em Kaldor (1961). Trata-se de regularidades macroeconômicas observadas pelo pesquisador e que se destacam por suas características singulares, sejam positivas ou adversas, com relação às perspectivas do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

share foi impulsionada também por uma recuperação suave dos ganhos de produtividade que, no entanto, se mantiveram baixos para um país ainda em desenvolvimento. A média dos ganhos de produtividade para o total da economia brasileira, no período 1995-2010, foi de apenas 0,9% ao ano, puxada pela agropecuária e pelo setor serviços, já que, com exceção da indústria extrativa mineral, os demais ramos da indústria tiveram queda nos ganhos de produtividade. O crescimento do salário médio real, no entanto, acompanhou, de maneira geral, esse baixo ritmo de crescimento da produtividade do trabalho.

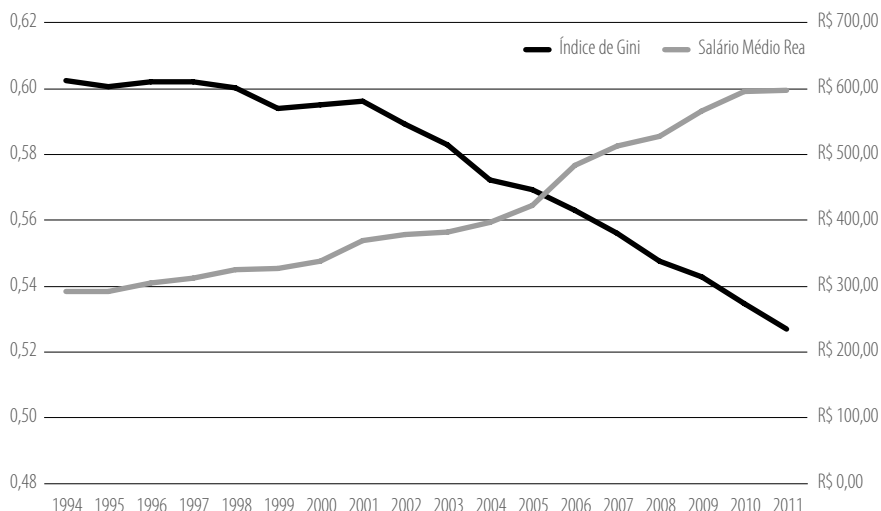
Gráfico 1. Produtividade do trabalho, salário médio real e parcela salarial (1990-2010)



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados do IPEA-Data e IBGE.

4.1.2 Redução da concentração pessoal da renda e da pobreza

A redução da concentração pessoal da renda, medida pelo índice de Gini, contou também com a política de elevação do salário mínimo real, além das políticas públicas de transferência direta de renda para as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza (gráfico 2).

Gráfico 2. Coeficiente de Gini e salário mínimo real (1994-2011)

Fonte: Cálculos próprios com base nos dados do IPEA-Data.

Apesar dos avanços dos últimos 15 anos no que concerne à redução do contingente de pobres e de extremamente pobres, há ainda muito a fazer. Para uma população de aproximadamente 194 milhões de habitantes, cerca de 21% encontram-se ainda em situação de pobreza, ou seja, 40,7 milhões de pessoas. Além disso, 7% ou 13,6 milhões de pessoas ainda estão em situação de extrema pobreza. Pode-se argumentar que apenas a expansão dos programas sociais, como o Bolsa Família ou Minha Casa Minha Vida, não será suficiente para proporcionar qualidade de vida aceitável para aqueles que saem dessas estatísticas. É necessário acelerar o ritmo de crescimento econômico e a geração de emprego com mais alta qualidade dos postos de trabalho, o que implica também maiores investimentos para os setores educacional e de inovação científico-tecnológica (gráfico 3).

Gráfico 3. Pobreza e extrema pobreza em % da população total do Brasil (1976-2008)

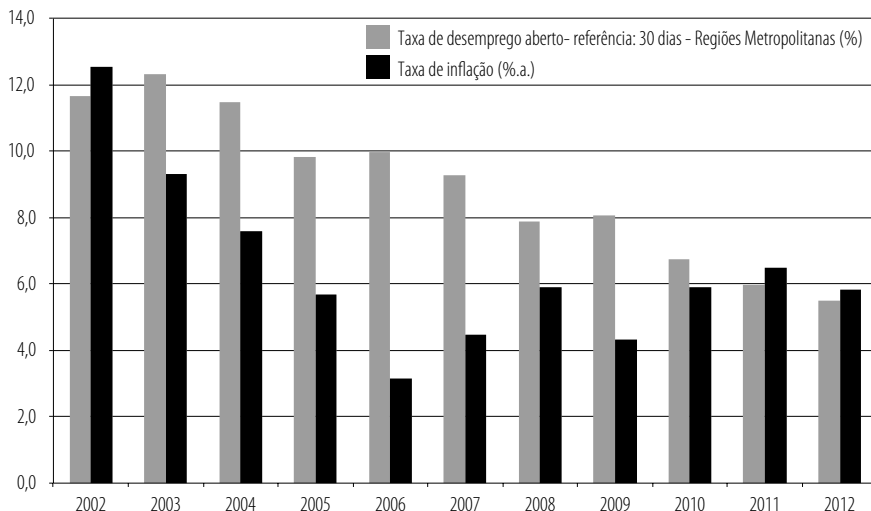


Fonte: IPEA-DATA

4.1.3 Desemprego em queda e inflação moderada

Um fato positivo quanto ao mercado de trabalho brasileiro refere-se à queda das taxas de desemprego aberto, isto é, sem considerar o desemprego oculto pelo desalento e pelo trabalho precário. Diversas críticas têm sido levantadas com relação a essa tendência, destacando-se a baixa qualidade dos postos de trabalho gerados, quando avaliados em termos de remuneração paga e dos benefícios e direitos dos trabalhadores empregados. Segundo as pesquisas mensais de emprego e salário do IBGE, o nível de subocupação também vem baixando em razão da queda das taxas de informalidade.

O gráfico 4 mostra os comportamentos tendenciais da inflação e do desemprego entre 2002 e 2013, com a primeira variável próxima a 6% a.a., a partir de 2008; e a segunda em uma trajetória de declínio.

Gráfico 4. Desemprego e inflação no Brasil (2002-2013)

Fonte: IBGE.

Nota: Taxa média de desemprego no ano; inflação acumulada no ano.

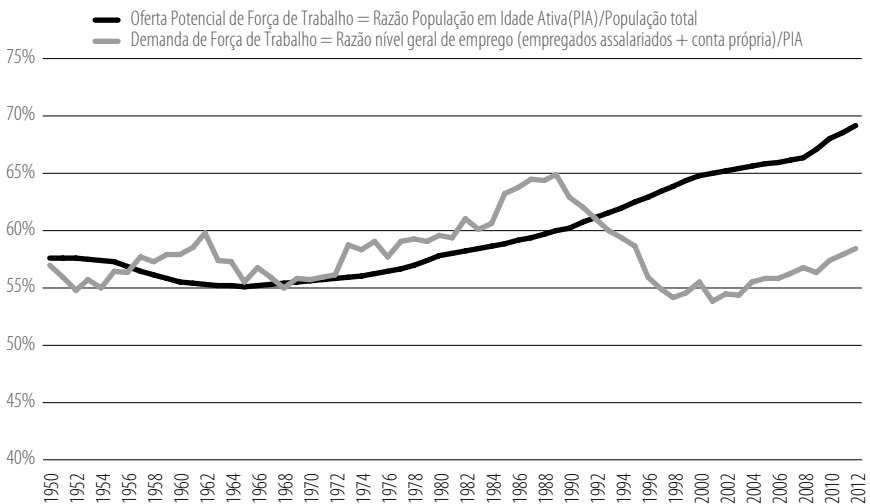
4.1.4 Interação das dinâmicas demográfica e macroeconômica ainda favorável

O Brasil está atravessando sua fase de transição demográfica de maneira muito rápida, comparativamente aos países já desenvolvidos. Um dos efeitos observados desse processo refere-se ao aumento progressivo da participação da população em idade ativa (PIA) – pessoas entre 14 e 65 anos – na população total. Numa perspectiva de longo prazo, o gráfico 5 mostra a dinâmica da PIA como percentagem da população total, que pode ser interpretada como uma *proxy* da oferta potencial de força de trabalho. A outra série é a razão nível geral de emprego/PIA, que representa a geração de emprego ou o quanto o sistema econômico tem absorvido da oferta potencial de trabalhadores.

Três subperíodos característicos podem ser destacados: 1950-1989; 1990-2001 e 2002-2012. Entre 1950 e 1989, as duas razões se mantiveram muito próximas uma da outra, inclusive com a geração de emprego se si-

tuando, na maior parte do tempo, acima da oferta potencial. Nesse subperíodo, as taxas de crescimento econômico do Brasil foram muito elevadas, cerca de 7,5% ano, destacando-se a fase do chamado “milagre econômico” (1967-1973), em que a média anual atingiu os 10% ano. Mas mesmo com a população total crescendo a uma média anual de 3%, dado seu elevado dinamismo, a economia brasileira não apresentou dificuldades para gerar emprego e absorver a crescente oferta de mão-de-obra.

Gráfico 5. Evolução da oferta potencial de trabalho e do nível geral de emprego (1950-2008)



Fonte: Cálculos próprios com base nos dados do IBGE, IPEA Data e Marquetti (2003).

No subperíodo 1990-2001, a desconexão entre as duas séries é flagrante. A PIA segue sua tendência de expansão como percentagem da população total, já como um dos fenômenos esperados da transição demográfica em curso. No entanto, a razão nível geral de emprego/PIA entra numa trajetória de rápido declínio, que se iniciou em 1990 e se prolongou até 2001, em decorrência das transformações estruturais impostas à economia brasileira por seu novo padrão de inserção internacional. Essas transformações implicaram a reformulação completa da forma institucional de inserção

internacional, com o aprofundamento da liberalização comercial e financeira. À essa época, a indústria brasileira foi o setor que mais reduziu postos de trabalho, levando as taxas de desemprego aberto a um patamar médio de 9% entre 1999 e 2005.

No subperíodo 2002-2012, a economia brasileira entra numa trajetória de crescimento médio anual de 3,5%, com melhoria no perfil de distribuição de renda e de geração de emprego. Como resultado, a razão nível geral de emprego/PIA entra em uma tendência de expansão que, no entanto, permanece abaixo da razão PIA/população total. Em outros termos, a geração de emprego e a oferta potencial de força de trabalho agora crescem juntas, mas a primeira em um nível 10% inferior à segunda.

Estudos demográficos e de economia do trabalho podem contribuir para elucidar esse fenômeno, pois a PIA é composta pela população economicamente ativa e por indivíduos que, embora em idade de trabalho, por alguma razão, estão adiando sua entrada ou reentrada na força de trabalho efetiva ou estão preferindo desenvolver suas atividades fora das relações de emprego assalariado.

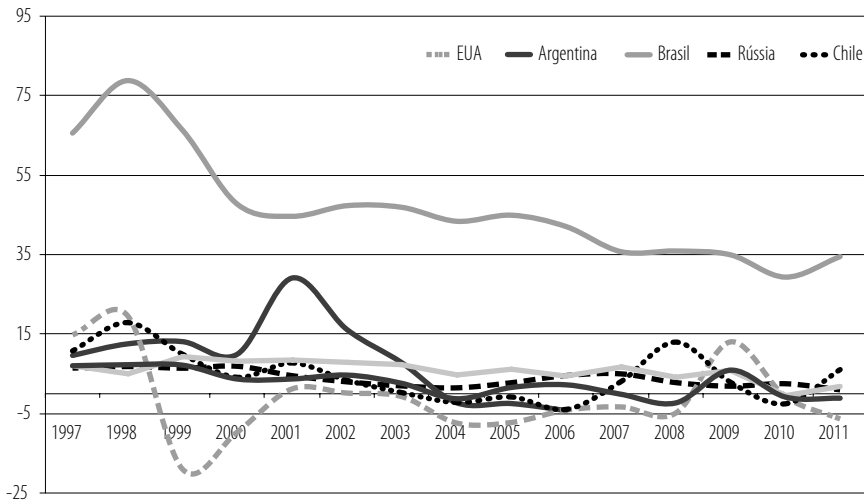
4.2 O regime monetário-financeiro: elevado custo do crédito e acumulação rentista

No que concerne à estabilidade de preços, de uma maneira geral, as taxas de inflação se situaram dentro das metas estabelecidas pelo governo, com algumas subidas motivadas, em sua maioria, por efeitos sazonais. Por outro lado, há fatores estruturais, e não apenas monetário-financeiros, que impedem a vigência de taxas mais baixas de inflação, sem que a economia brasileira incorra em trajetórias de estagnação da renda e do emprego.

O regime monetário-financeiro tem se estruturado para se adequar à tríade da política econômica: sistema de metas de inflação; busca de superávits primários e câmbio flutuante. Muitas críticas têm sido formuladas a essa estratégia, destacando-se o fato de que sua permanência num contexto de elevadas taxas de juros reais (ver gráfico 6) impediria a aceleração do crescimento econômico, uma das bandeiras do governo.

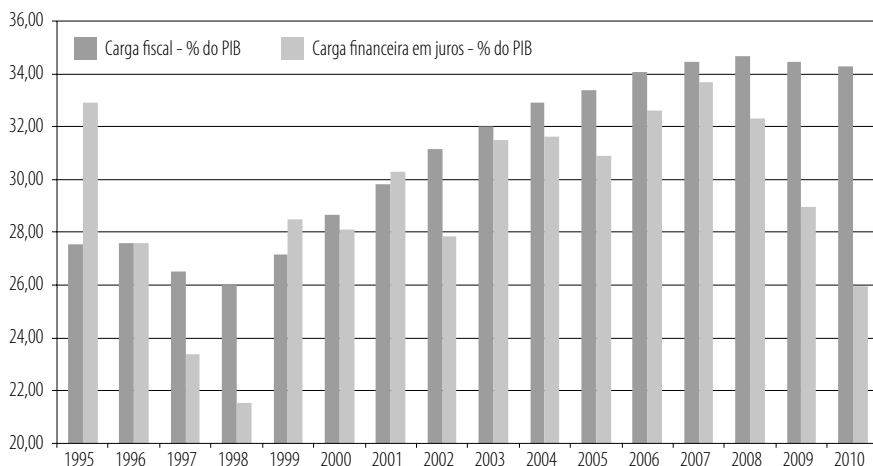
Um dos fatores geradores das contradições e ambiguidades do modelo econômico brasileiro reside, portanto na dificuldade de se compatibilizar um sistema de combate à inflação, cuja principal arma são os aumentos das taxas básicas de juros, com as necessidades dos setores diretamente produtivos. Estes últimos precisam operar num ambiente macroeconômico não apenas caracterizado por inflação baixa ou sob controle, mas também com juros que não inibam a taxa de acumulação industrial. Por outro lado, as elevações periódicas das taxas de juros tendem a apreciar o câmbio real, o que reduz a competitividade da indústria brasileira.

Gráfico 6. Taxas de juros reais no Brasil e outros países (1997-2011)



Fonte: World Bank Data.

Os fluxos de juros recebidos, pagos e apropriados pelo setor bancário-financeiro brasileiro como percentagem do PIB, no período 1995-2010, integram as estatísticas das contas nacionais do Brasil. Por analogia com a carga fiscal, pode-se considerar a existência de uma verdadeira *carga financeira em juros sobre o produto total da economia brasileira*, atingindo a média de quase 30% do PIB nesse período. Conseqüentemente, a elevada carga fiscal é a contrapartida da elevada carga financeira, mantendo entre si a mesma ordem de grandeza (vide gráfico 7)

Gráfico 7. Carga fiscal e carga financeira em juros sobre o PIB (1995-2010)

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil.

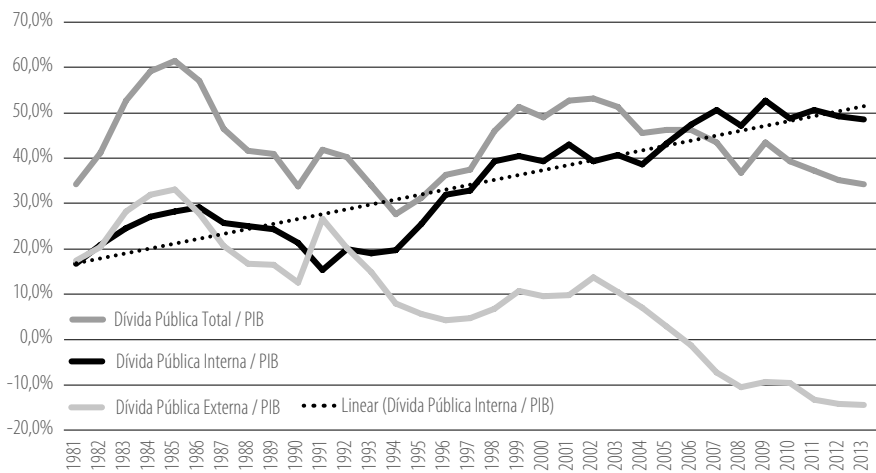
A relação crédito/PIB iniciou uma fase de crescimento a partir de 2004, apesar das elevadas taxas de juros domésticas, saindo de um nível de apenas 24,9%, em 2003, para 50,8% do PIB, em 2012. Isso pode ser explicado pelos incentivos do Estado brasileiro que utilizou sua rede de bancos públicos e as facilidades de acesso ao crédito externo. No entanto, como mostram as estatísticas recentes, esse processo não parece ser sustentável para os próximos anos, porque a renda das famílias e o lucro empresarial não têm crescido no mesmo ritmo da renda de juros acumulada nas linhas de financiamento e empréstimos.

4.3 As relações Estado-economia: ambiguidades das ações e perda de autonomia da política econômica

A estratégia de gestão do Estado brasileiro consiste em conciliar duas ordens de racionalidade a priori incompatíveis: *promover as condições para acelerar o crescimento econômico e expandir os programas de distribuição de renda (bolsa família, bolsa escola, Brasil sem miséria, aumentos reais do salário mínimo, etc), ao mesmo tempo em que é forçado no plano político-institucional a permitir que a acumulação financeira baseada na elevada*

renda de juros desenvolva-se com o próprio aval do governo federal. Trata-se, portanto, de um modelo híbrido ou dual, em que o governo implementa medidas para impulsionar o crescimento econômico com equidade, enquanto administra a “punção rentista” exercida pelas finanças privadas sobre as finanças públicas. Fenômeno classificado pela literatura econômica internacional como **financeirização** (*financialization*) e que restringe demasiadamente as margens de manobra do Estado, reduzindo a autonomia da política econômica. Isso explica por que os gastos sociais e o investimento público, apesar dos aumentos recentes de suas participações no PIB, permanecem ainda muito aquém dos gastos financeiros do Estado brasileiro.

Gráfico 8. Composição da dívida pública brasileira em % do PIB(1981-2012)



Fonte: IPEA Data.

A carga fiscal no Brasil tem crescido sistematicamente desde a consolidação de seu novo padrão de inserção internacional, ocorrida com a estabilidade da inflação a partir de 1994. Além da modernização e aperfeiçoamento das estruturas de arrecadação tributária, num contexto marcado por baixas taxas de crescimento econômico, podem ser destacadas duas outras causas: a) necessidade de o Estado fazer frente aos pagamentos de juros em montantes próximos a 10% do PIB e ao mesmo tempo expandir os programas sociais de redução da pobreza e das desigualdades sociais;

b) o elevado custo de carregamento das reservas internacionais acumuladas através, principalmente, da liberalização financeira e, em muito menor escala, via liberalização comercial. Nesse contexto macroeconômico, o Estado brasileiro tem sido o fiador do padrão de adesão internacional aos mercados financeiros globais, resultando na rápida expansão da dívida pública interna (gráfico 8), apesar da “zeragem” da dívida pública externa, a partir de 2006.

De modo geral, pode-se considerar as seguintes características das relações Estado- economia no Brasil: a) alta regressividade da tributação e expansão rápida da carga fiscal nos últimos 25 anos; b) estruturas de bem-estar incompletas; c) endividamento público interno muito elevado, resultante, sobretudo, do alto custo de carregamento das reservas internacionais; d) um Estado inserido (*État inséré*, na conceitualização regulacionista) no circuito da produção e da distribuição. Entretanto, a distância entre a sociedade representada e a sociedade real permanece em níveis incompatíveis com as democracias modernas. Apesar de sua capacidade de intervenção e presença econômica, que lhe permite formular estratégias e políticas públicas importantes para o desenvolvimento socioeconômico, o Estado brasileiro perdeu autonomia frente à intensificação da concorrência internacional e ao elevado peso do setor financeiro na economia.

4.4 Concorrência e inserção internacional: contradições face às necessidades da acumulação produtiva

A baixa taxa de investimento produtivo tem marcado a evolução recente da economia brasileira, uma das mais baixas entre os países emergentes.

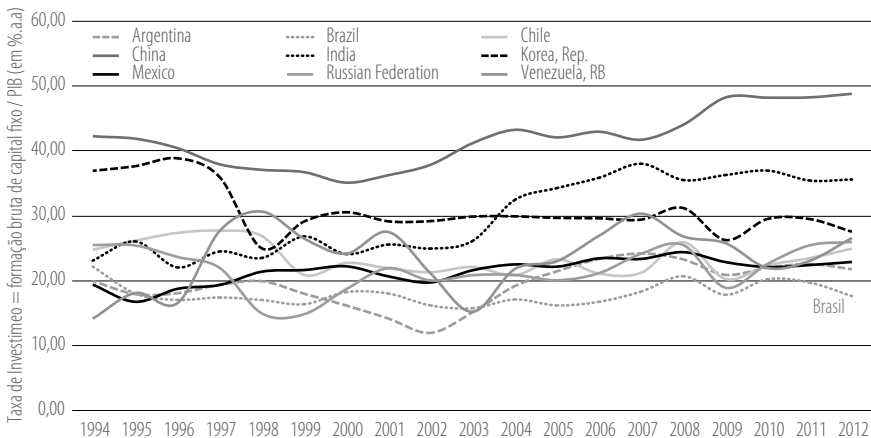
4.4.1 Capital produtivo e financeirização

Diversos estudos acerca do processo de financeirização das economias nacionais potencializado pela expansão dos mercados globais, têm procurado detectar as causas do predomínio da alocação financeira em detrimento da alocação de capital em atividades diretamente produtivas. Estudos para o caso brasileiro, norte-americano e europeu mostram que

a globalização ampliou as alternativas de revalorização dos capitais na circulação bancária e financeira, tornando menos atrativas as imobilizações de recursos em capital fixo produtivo, dados os riscos, incertezas e baixa liquidez desse tipo de ativo. Em economias não financeirizadas, essas alternativas às imobilizações de capital, são mais restritas, induzindo, em consequência, os detentores de capital a buscarem atividades produtivas para a revalorização de seus recursos. Na atualidade, pode-se citar os países asiáticos que dispõem de institucionalidade adequada para direcionar as finanças privadas e as finanças públicas aos objetivos do crescimento e do desenvolvimento econômicos.

Por razões que lhes são endógenas ou estruturais, a economia brasileira tem ainda uma das mais altas taxas de juros reais da economia mundial. Dada a proeminência da renda de juros no fluxo total de renda financeira apropriado pelos detentores de capital, o processo de financeirização no Brasil é muito diverso do observado em países desenvolvidos. Inclusive porque o elevado peso da renda de juros sobre os ativos transacionados reduz a possibilidade de bolhas especulativas ou de super-oferta especulativa de crédito, que marcaram a crise financeira global de 2008-2009, com epicentro nos EUA e na zona do euro.

Gráfico 9. Investimento: uma comparação entre Brasil e países em desenvolvimento (1995-2009)



4.4.2 Financeirização e poupança

Um dos efeitos diretos do predomínio da alocação financeira das poupanças das famílias e das empresas tem sido a baixa taxa de poupança agregada, já que se o investimento não cresce, a renda total também não cresce suficientemente para elevar a poupança macroeconômica. Esse fenômeno cria uma escassez de recursos para a alocação diretamente produtiva – poupança produtiva; e eleva demasiadamente os recursos para a circulação financeira.

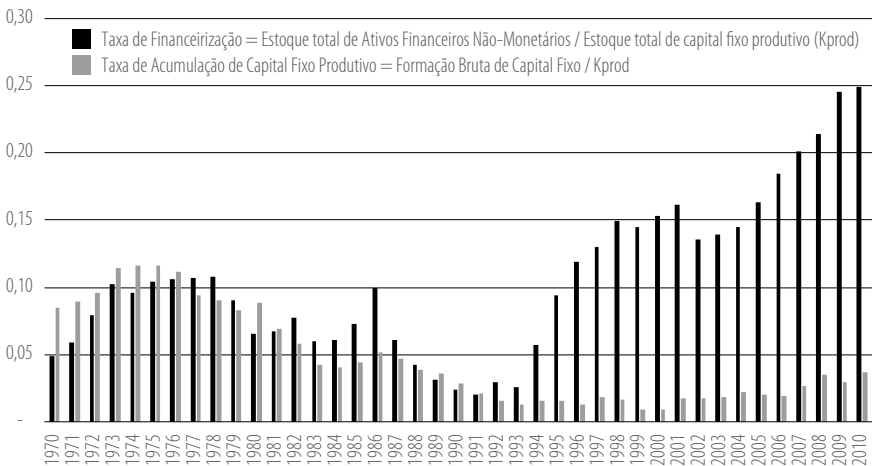
Os estudos empíricos sobre o processo de financeirização são unânimes em constatar que a parte não investida da poupança empresarial – no caso brasileiro a maior parte – tem sido alocada em ativos financeiros, compondo o que Aglietta (2000) denomina por *poupança improdutiva*. A poupança improdutiva é aquela alocada nas transferências de propriedade de ativos já existentes, não criando ativos novos. A *poupança produtiva* corresponde ao montante de recursos não consumidos destinados à formação bruta de capital fixo das empresas e, conseqüentemente, contribuindo para a elevação da taxa de acumulação de capital, pois expande a capacidade produtiva instalada, permitindo ampliar a geração de emprego e de renda.

Um indicador básico de financeirização, no plano macroeconômico, é a razão entre o estoque total de ativos financeiros e o estoque total de ativos fixos produtivos (máquinas, equipamentos, instalações e demais infraestruturas). Denominada por taxa de financeirização, *esse indicador expressa o ritmo em que a poupança improdutiva substitui a poupança produtiva e está plotado no gráfico 10 juntamente com a taxa de acumulação de capital fixo produtivo*.

No período 1970-1994, as duas variáveis apresentam uma dinâmica comum e com valores médios muito próximos entre si. Nesse período, as condições para a vigência de um processo de financeirização ainda não estavam presentes, pois é necessária a existência de uma arquitetura institucional permissiva que reproduza esse fenômeno. A partir de 1995, a razão ativos financeiros/ativos fixos produtivos cresce exponencialmente e se descola da taxa de acumulação de capital, como expressão característica

da vigência da financeirização. Por isso, a razão que define a taxa de financeirização pode ser interpretada como uma medida do grau ou da velocidade em que os ativos produtivos são substituídos por ativos financeiros. Essa talvez seja a principal causa da baixa taxa de investimento produtivo no Brasil e não a insuficiência de poupança como sustentado pelas visões tradicionais. Pelo contrário, *a insuficiência de poupança é um resultado macroeconômico do predomínio da alocação financeira em detrimento da alocação diretamente produtiva dos capitais. É um resultado do processo de financeirização.* A escassez de poupança para investimento produtivo resulta de sua abundância para aplicações financeiras de curto prazo, com baixo risco e alta rentabilidade e liquidez, proporcionada por uma das mais altas taxas de juros reais do mundo. Em consequência, o crescimento econômico permanece muito aquém do verdadeiro potencial produtivo do país (ver gráfico 11).

Gráfico 10. Acumulação produtiva e acumulação financeira (1970-2010)



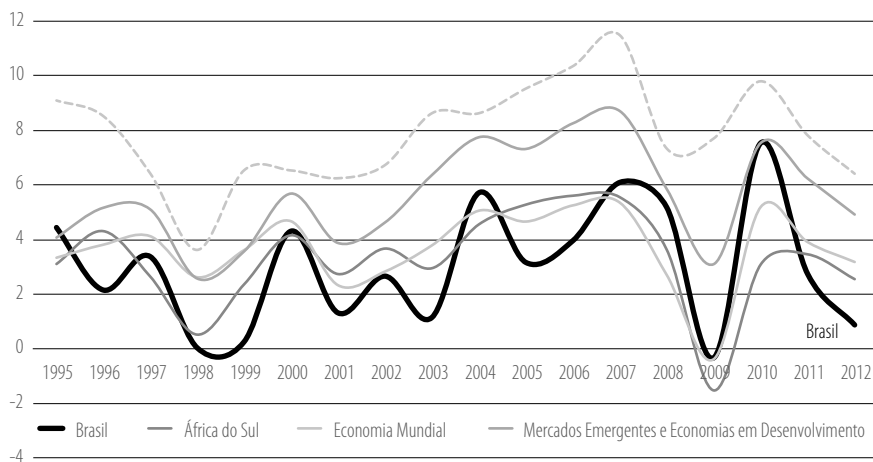
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA Data e Banco Central do Brasil.

Mas um dos trunfos do Brasil decorre do fato de possuir instituições públicas que permitem compensar a baixa propensão a investir dos bancos privados, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

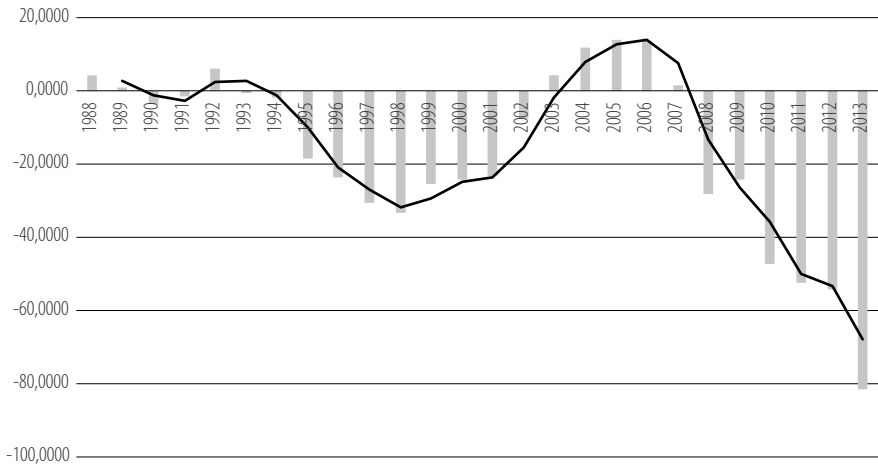
– BNDES. São os bancos públicos, notadamente a tríade BNDES-Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que financiam o investimento produtivo ofertando crédito de longo prazo. O sistema bancário privado mantém-se, preponderantemente, focado em ativos de curto prazo e nas operações de crédito ao consumo, apresentando baixíssima propensão às imobilizações de capital que, no entanto, são necessárias ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país.

De fato, as visões mais otimistas têm sido possíveis porque a taxa de crescimento demográfico caiu para 1,1% a.a., ou seja, para 1/3 do valor apresentado no período 1950-1980, de mais alto crescimento econômico. Lamentavelmente, uma espécie de visão neo-malthusiana tem sido mobilizada, pois busca-se minimizar os efeitos do baixo crescimento econômico brasileiro apoiando-se no baixo crescimento populacional. Na verdade, se a transição demográfica brasileira tem afastado o problema do excesso de população como entrave ao desenvolvimento socioeconômico, o crescimento econômico a taxas mais altas e sustentáveis levaria o país à condição de desenvolvido muito mais rapidamente.

Gráfico 11. Crescimento econômico: uma comparação entre Brasil e regiões (1995-2009)



Fonte: World Bank data.

Gráfico 12. Saldo do balanço de pagamentos em transações correntes (1994-2013)

Fonte: Banco Central do Brasil

4.4.3 A tendência ao desequilíbrio externo

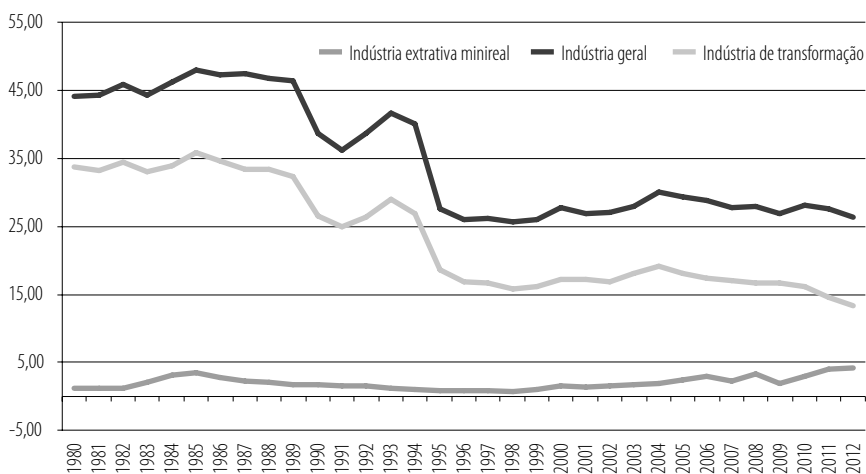
A análise do balanço de pagamento revela um aprofundamento do déficit em transações correntes a partir de 2007 (ver gráfico 12). A globalização tem permitido a muitos países incorrerem em déficits sistemáticos em conta corrente em razão da entrada de capitais estrangeiros, predominantemente, os capitais de curto prazo e especulativos. Mas são muitos os problemas com essa estratégia, destacando-se: a) o elevado custo de carregamento das reservas internacionais que elevam a dívida pública interna; b) a tendência persistente de apreciação real da taxa de câmbio, que reduz a competitividade externa; d) o aumento da dependência da economia brasileira com relação a capitais voláteis; e) a impossibilidade de usar o câmbio como instrumento de política industrial, já que sob a arquitetura institucional do modo de regulação vigente, as taxas de câmbio tornaram-se ativos fortemente condicionados pelos interesses das finanças liberalizadas e dos capitais especulativos. Fato ainda agravado em razão de o Brasil dispor de um mercado de derivativos profundo, cujos impactos são decisivos sobre a determinação do câmbio e das taxas de juros internas. A perda de autono-

mia do Estado frente a esse tipo de inserção internacional, cuja institucionalidade tem favorecido amplamente os interesses da revalorização rentista e financeira de curto prazo, é nítida.

4.4.4 Queda tendencial da participação da indústria de transformação no PIB

Na medida em que a configuração da forma institucional de inserção internacional prioriza os interesses da acumulação financeira em detrimento da acumulação industrial, ela não permite a implementação de políticas industriais consistentes, como ocorre nos países asiáticos. Estudos recentes mostram que os ramos industriais que mais investem no Brasil são os intensivos em recursos naturais, enquanto os baseados em ciência e tecnologia reduzem seus investimentos e sua participação na pauta de exportações. Daí a queda tendencial da participação da indústria de transformação no PIB, que se pode constatar no gráfico 13 e que está associada a um processo de *especialização regressiva*.

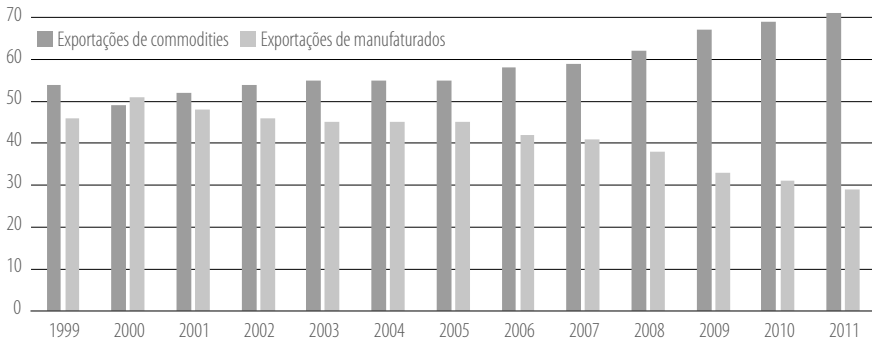
Gráfico 13 – Indústria de transformação e indústria extrativa mineral: valor adicionado como % do PIB (1980-2012)



Fonte: IPEA data.

Um processo rápido de “commoditização” da pauta de exportações brasileiras pode ser constatado pelo gráfico 14. As *commodities* representaram mais de 70% da pauta de exportações brasileiras, em 2011, mantendo-se sob tendência de expansão (ver Gráfico 15).

Gráfico 14. Participação das *commodities* e dos manufaturados nas exportações brasileiras (1999-2011)



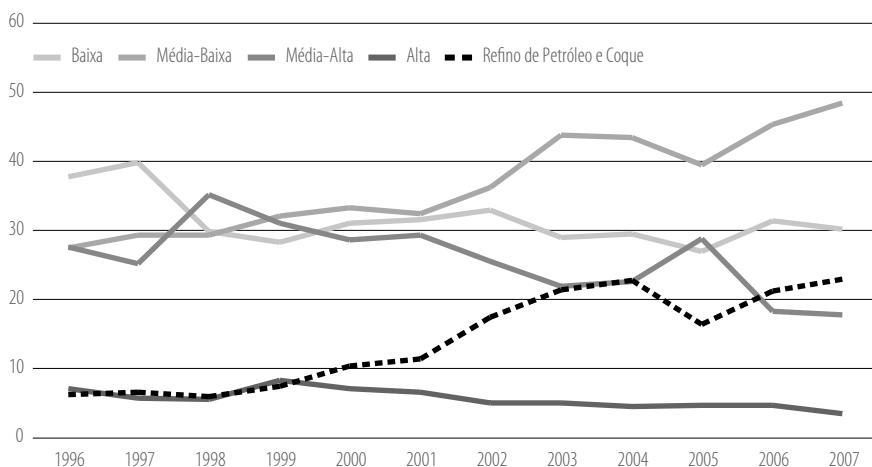
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, apud Souza, T.A.; Veríssimo, M.P. (2013).

Quase metade dessa das *commodities* é composta de produtos *in natura*, tais como agropecuários, minérios, gás, petróleo e madeira. Produtos que representam apenas 9,3% da pauta de exportações da China, cuja estratégia de desenvolvimento tem priorizado as exportações de itens de maior valor adicionado e conteúdo científico e tecnológico e mesmo assim, a retórica dominante tem sido no sentido de apontar o país como futura potência econômica.

4.5 As formas da concorrência e de inserção internacional: contradições face às necessidades da acumulação produtiva

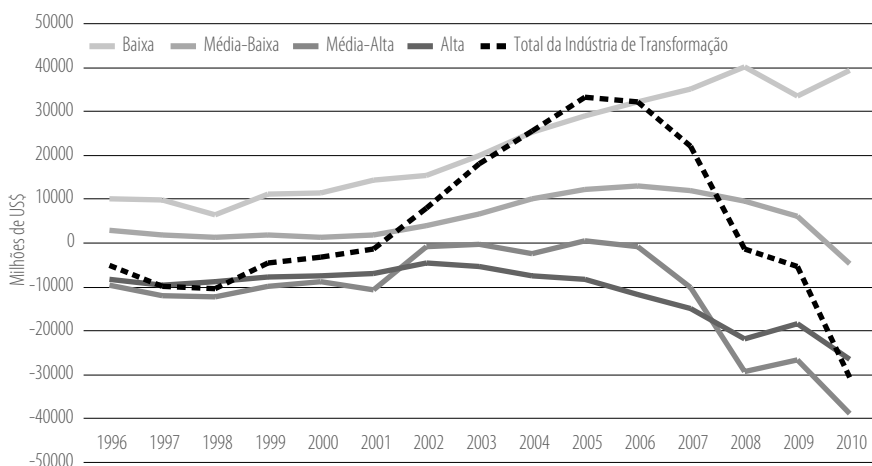
A reconfiguração relativamente rápida da forma de inserção internacional do Brasil, a partir dos anos 1990, contribuiu para a intensificação da concorrência oligopolista, sem, no entanto, reduzir significativamente a margem dos *mark-up* setoriais (Bruno, 2005).

Gráfico 15. Indústria: composição da formação bruta de capital fixo, por intensidade tecnol em % do total (1996-2007)



Fonte: Pesquisa Industrial Anual – Empresa do IBGE. SQUEFF (2012) – IPEA.
 Nota: Classificação por intensidade tecnológica da OCDE.

Gráfico 16. Indústria de transformação: saldo comercial por intensidade tecnológica (1995-2010)



Fonte: Squeff (2011)-IPEA

As ambiguidades do modelo se afirmaram a partir mesmo das contradições entre os processos de liberalização comercial e financeira. O primeiro levou rapidamente ao incremento do coeficiente de importações da economia brasileira, em razão da forte apreciação cambial provocada pelo segundo. A indústria local foi então forçada a se reestruturar rapidamente sob efeito do aprofundamento da concorrência externa, sem contar com uma estratégia consistente de desenvolvimento industrial.

O cenário melhorou para a indústria geral apenas a partir do ano de 2004, quando a elevação dos preços internacionais das *commodities* puxaram as exportações brasileiras. No entanto, a apreciação cambial resultante da forte acumulação de reservas, principalmente pela entrada de capitais especulativos de curto prazo, impôs restrições à expansão das exportações industriais de maior valor agregado ou conteúdo científico-tecnológico, como se pode mostrar no gráfico 15. São os ramos industriais de média-baixa intensidade tecnológica e o de refino de petróleo e coque os que mais investiram no período em questão. Nos ramos de média-alta e de alta intensidade tecnológica as respectivas formações brutas de capital fixo apresentam-se em tendências de declínio.

As hipóteses de “doença holandesa” e de especialização regressiva precisam ser melhor consideradas e testadas empiricamente, pois com relação ao saldo comercial da indústria de transformação, apenas o ramo de baixa intensidade tecnológica apresenta-se em tendência de crescimento (gráfico 16). Dois outros fatores de restrição ao aumento do investimento industrial têm sido recentemente apontados: a elevação do custo unitário do trabalho, em razão da elevação do salário médio real acima dos ganhos de produtividade; e a elevação dos preços dos bens de capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RECONHECER E SUPERAR OS LIMITES ESTRUTURAIS AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

“A existência de poupança corrente externa às firmas, realizada por pessoas que vivem de renda, tende a deprimir o investimento e, em consequência, reduzir o desenvolvimento no longo prazo.”

(Michail Kalecki)

As formas institucionais que se combinam para compor os modos de regulação das economias nacionais expressam configurações particulares de relações de produção e de distribuição. Essas relações são estabelecidas através de fatores que não são dedutíveis de uma lógica puramente mercantil, centrada exclusivamente na racionalidade de agentes econômicos, completamente desconectados dos condicionantes estruturais e sociopolíticos. Nas economias reais, elas resultam de um processo de codificação de compromissos sociais através de leis, convenções, regras e procedimentos sociais aceitos como imprescindíveis à coesão social e à coerência macrodinâmica do conjunto do sistema econômico.

A compatibilidade dos interesses individuais e coletivos com as condições de reprodução das economias pode ser viabilizada através da complementaridade das ações do Estado com os processos de mercado, assegurando a eficiência econômica e ao mesmo tempo promovendo o bem-estar social. Nesse contexto, a Economia Social de Mercado e a Teoria da Regulação possuem princípios e proposições similares. Em alguns casos até coincidentes, como o reconhecimento de que mercados são construções institucionais complexas, cuja eficiência não deriva, automática e espontaneamente, dos comportamentos de firmas e consumidores. **É necessária a mobilização de princípios organizadores e estruturantes dos comportamentos econômicos.**

No caso brasileiro, é necessário reconhecer a existência de limites estruturais ao desenvolvimento econômico sustentável que não podem ser superados sem mudanças institucionais adequadas. Esses limites derivam tanto das bases técnicas produtivas disponíveis quanto dos sistemas de remuneração e de distribuição de renda. Entretanto, os discursos go-

vernamental e midiático têm sido ambíguos, refletindo o caráter híbrido do modelo econômico brasileiro pós-liberalização comercial e financeira. Operando nas antípodas da China e mantendo uma relação de complementaridade de sua estrutura produtiva com a daquele país, esse regime de crescimento deverá frustrar as expectativas mais otimistas quanto à sua viabilidade de longo prazo.

Como atestam os países asiáticos, a indústria ainda é um setor-chave no processo de desenvolvimento socioeconômico das nações. Apesar da euforia em prol da economia do conhecimento e da economia de serviços, a viabilidade dessas últimas depende das infraestruturas e dos diversos insumos provenientes das bases produtivas industriais, que são inclusive geradoras de externalidades positivas para os sistemas educacionais e de inovação científico-tecnológica. O imaterial não prescinde do material, daí a importância fundamental do capital fixo produtivo, para os países em vias de desenvolvimento. Conseqüentemente, isso não significa minimizar a importância do capital humano. Mas o reconhecimento de que os sistemas de P&D responsáveis pelas inovações *intra-firms* só fazem sentido de existir endogenamente quando a industrialização está completa com um moderno e complexo setor de bens de capital. Caso contrário, o país será importador líquido de tecnologias estrangeiras, aprofundando seu grau de dependência externa e atrofiando seu sistema nacional de inovação.

A configuração atual da forma de inserção internacional do Brasil tem sido prejudicial aos ramos industriais de maior valor agregado. São os ramos ligados às *commodities* metálicas e agrícolas os mais beneficiados pelo regime de crescimento brasileiro. Os riscos de especialização regressiva da indústria de transformação mostram-se agora nítidos e exigem uma tomada de posição por parte desse setor e dos formuladores de políticas para o desenvolvimento. Abrir mão da indústria ou permitir a sua regressão aos ramos tradicionais é um contrassenso. Nesse caso, estariam bloqueadas as condições para a retomada da acumulação de capital em bases sustentáveis e adequadas às necessidades sociais.

Após seu esvaziamento político por parte das visões ultraliberais e conservadoras, os papéis intransferíveis do Estado nacional parecem ter

sido reconhecidos. O Estado tem promovido diversos programas para a redução das desigualdades sociais. A partir do segundo mandato do ex-presidente Lula, tem buscado promover o crescimento econômico inclusivo. No entanto, é preciso atentar para os limites ao desenvolvimento que ainda permanecem e que demandam mudanças na arquitetura institucional que define o modo de regulação da economia brasileira. Nesse contexto, os aportes da Economia Social de Mercado e da Teoria da Regulação mostram-se valiosos para uma abordagem pertinente dos problemas do desenvolvimento do brasileiro.

Miguel Bruno | Professor e Pesquisador do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE-IBGE e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. miguel.bruno@ibge.gov.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel. *Macroéconomie financière*. Vol. 1 e 2. Paris: La Découverte, 2001.

ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel; PIMENTEL, Debora. Regime cambial e mudança estrutural na indústria de transformação brasileira. Evidências para o período 1994-2008. *Revista de Economia Política*, vol. 32, n.3 (128), julho-setembro de 2012.

ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel; PIMENTEL, Debora. Financialization against Industrialization: a regulationist approach of the Brazilian Paradox. In *Les capitalismes en Amérique latine. De l'économie au politique. Revue de la Régulation*. Capitalisme, Institutions, Pouvoirs. 1er semestre / Spring 2012

BECKER, Joachim; JÄGER, Johannes; LEUBOLT, Bernhard; WEISSENBACHER, Rudy. Peripheral Financialization and Vulnerability to Crisis: A Regulationist Perspective. *competition and change*, Vol. 14 No. 3-4, p. 225-47, December 2010.

BILLAUDOT, Bernard. *Régulation et croissance. Une macroéconomie historique et institutionnelle*. Paris: L'Harmattan, 2001.

BOYER, Robert. & SAILLARD, Yves (org.). *Théorie de la regulation. L'état des saviors*. La découverte, Paris Recherches, 2002.

BOYER, Robert. Deux défis pour le XXIe siècle: discipliner la finance et organiser l'internationalisation. CEPREMAP n° 2000-08, Paris, 2000.

BOYER, Robert. Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism ? A preliminary analysis. *Economy and Society*. Volume 29, number 1, february 2000.

BRASIL. Uma Estratégia Inovadora Alavancada pela Renda. Organização Internacional do Trabalho- OIT, 2010.

BRUNO, Miguel; HALEVI, Joseph; MARQUES PEREIRA, Jaime «Les défis de l'influence de la Chine sur le développement du Brésil. *Revue Tiers Monde* n° 208, p. 83-102, 4/2011.

BRUNO, Miguel. Acumulação de Capital e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006. In: SICSÚ, J, Miranda, P. (org.). *Crescimento Econômico: Estratégias e Instituições*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BRUNO, Miguel. *Croissance économique, changements structurels et distribution: les transformations du régime d'accumulation au Brésil. Une Analyse Régulationniste*. Thèse. École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS- Paris, 2005.

BRUNO, Miguel; DIAWARA, Hawa; ARAÚJO, Eliane; REAIS, Anna Carolina; RUBENS, Mário. Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas, *Revista de Economia Política*, vol. 31, n. 5, São Paulo, 2011.

BRUNO, Miguel. Macroanálise, regulação e o método. Uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista. *Revista de Economia Política*, vol. 25, n. 4(100), p. 337-356, outubro-dezembro de 2005.

COSTA, Carla Guapo. O modelo alemão e a economia social de mercado num contexto de globalização. *As Grandes Economias*.

GUTTMANN, Robert. A Primer on Finance-Led Capitalism and Its Crisis. *Revue de la régulation Capitalisme*, Institutions, Pouvoirs, nº3/4, 2008.

HEIN, E. (2011), 'Financialisation', distribution and growth, in *A Modern Guide to Keynesian Macroeconomics and Economic Policies*, (Editors, Eckhard Hein , Engelbert Stockhammer), Cheltenham: Edward Elgar. HEIN, E. *The Macroeconomics of Finance-dominated Capitalism – and its Crisis*. Edward Elgar Cheltenham, UK • Northampton, MA, USA, 2012.

KALDOR, N. Capital Accumulation and Growth in: *The Essential Kaldor*. (org.) Targetti, F. e Thirlwall, A.P. 1989c. New York: Holmes & Meier Publishers, Inc., 1989b.

KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio Sobre as Mudanças Cíclicas e a Longo Prazo da Economia Capitalista*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1997.

ORHANGAZI, Özgür. Financialisation and capital accumulation in the non-financial corporate sector. A theoretical and empirical investigation on the US economy: 1973-2003. *Cambridge Journal of Economics* 1 of 24, 2008.

PALLEY, Thomas. Financialization: what it is and why it matters. *Working Papers* n. 525, The Levy Economics Institut of Bard College. December, 2007.

PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, 23 (66) 2009.

RESICO, Marcelo F. *A economia social de mercado: uma opção de organização econômica para a América Latina*. KAS, 2009.

RESICO, Marcelo F. *Introdução à Economia Social de Mercado*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung – KAS, 2012.

SKOTT, Peter and RYOO, Soon. Macroeconomic Implications of financialization. University of Massachusetts Amherst, Department of Economics, Working Paper 2007-08, 2007.

STOCKHAMMER, E. Financialization and the slowdown of accumulation. *Cambridge Journal of Economics*, n. 28, p. 719-741, 2004.

STOCKHAMMER, E. Some stylized facts on the finance-dominate accumulation regime. Political Economy Research Institut – PERI – University of Massachussets Anherst, 2.